

SOLICITAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL – FMS

Razão Social/Nome:		
CNPJ/CPF:		
Endereço:		
E-mail:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Tefefone:	Fax:	
Pessoa que recebeu:		
Retiramos nesta data cópia do Edital na modalidade de: (X) Pregão presencial; () Concorrência; () Tomada de Preços; () Credenciamento; () Convite. Número: 05/2018 Entidade: Fundo Municipal de Saúde		
Data:		

Senhor licitante,

Visando à comunicação futura entre está Prefeitura e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher a solicitação de entrega do Edital e remeter por e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br

A não remessa do recibo exige a Coordenadoria de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde de Caçador da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, e de quaisquer informações adicionais.

**Coordenadoria de Licitações e Contratos do
Fundo Municipal de Saúde de Caçador**

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

**PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018
REGISTRO DE PREÇOS**

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

LEI COMPLEMENTAR 123/2006 – 147/2014

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.583.495/0001-45, representado neste ato, pela Secretária de Saúde de Caçador, Sr. **ADEMAR SCHIMITZ**, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Setor de Licitações e Contratos, no máximo até às **14:00 horas do dia 14 (QUATORZE) de MAIO de 2018 para abertura no mesmo dia às 14:10 horas**, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** consoante as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520/02, bem como Lei nº 8.666/93, Lei complementar 123/2006 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA O SETOR DE MICROBIOLOGIA DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DE CAÇADOR**, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses, sendo:

LOTE 1 – MEIOS DE ENRIQUECIMENTO, CULTIVO E ISOLAMENTO GERMES COMUNS - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	INSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ÁGAR CHOCOLATE DE CARNEIRO 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	50
02	ÁGAR CLED/Mac Conkey BIPLACA 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	450
03	ÁGAR MUELLER HINTON 140x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	250
04	ÁGAR MUELLER HINTON 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	25

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05	ÁGAR SALMONELLA SHIGELLA 90x15 PCT COM 05 PLACAS PRONTAS	PCT	50
06	ÁGAR SANGUE DE CARNEIRO 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	50
07	ÁGAR Sangue/Mac Conkey BIPLACA 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	50
08	CALDO HEMOCULTURA ADULTO CX C/ 10 FR	CX	02
09	CALDO HEMOCULTURA PEDIÁTRICO CX C/ 10 FR	CX	02
10	CALDO SELENITO CX C/ 10 TUBOS	CX	25
11	ÁGAR MUELLER HINTON EM PÓ, FRASCO 500 gr	FR	10
12	ÁGAR CLED EM PÓ, FRASCO 500 gr	FR	10
13	ÁGAR MAC CONKEY EM PÓ, FRASCO 500 gr	FR	10
14	ÁGAR SABOURAUD CLORANFENICOL EM PÓ, FRASCO 500 gr	FR	05
15	SWAB PARA COLETA E TUBO TRANSPORTE ESTÉRIL COM MEIO CARY BLAIR C/100	CX	02
16	SWAB PARA COLETA E TUBO TRANSPORTE ESTÉRIL COM MEIO STUART C/100	CX	02

LOTE 2 – MEIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE STREPTOCOCCUS AGALACTIAE -
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ITEM	SUMMO	UNIDADE	QUANTIDADE
17	Meio seletivo para a detecção e identificação dos estreptococos do grupo B (<i>Streptococcus agalactiae</i>)	UN	2.000

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

**LOTE 3 – MEIO PARA IDENTIFICAÇÃO E ANTIBIOGRAMA DE MICOPLASMAS –
CONCORRÊNCIA GERAL**

ITEM	SUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
18	Kit para identificação de <i>Micoplasma hominis</i> e <i>Ureaplasma urealitycum</i> com antibiograma	KIT	3.000

**LOTE 4 – MEIO PARA MICRORGANISMOS FASTIDIOSOS - EXCLUSIVO PARA
MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

ITEM	SUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
19	Laminocultivo para identificação de <i>Neisseria</i> cx c/ 10	CX	25

**LOTE 5 – ANTI-SORO PARA DIFERENCIAÇÃO DE MICRORGANISMOS - EXCLUSIVO
PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

ITEM	SUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
20	Unidade teste Anti-soro para diferenciação de <i>Escherichia coli</i>	UN	250

**LOTE 6 – PROVAS BIOQUÍMICAS IDENTIFICAÇÃO BACILOS GRAM NEGATIVOS -
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

ITEM	SUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
21	Kit provas bioquímicas – Bactray 1 - com 10 compartimentos (ONPG, ADH, LDC, H ₂ S, Uréia, VP, PD, indol e citrato) para identificação de Bacilos Gram Negativos Oxidase Negativos - cx c/ 10 unidades	KIT	100
22	Kit provas bioquímicas – Bactray 2- com 10	KIT	100

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	compartimentos (malonato, rhamnose, adonitol, salicina, arabinose, inositol, sorbitol, sacarose, manitol rafinose) para identificação de Bacilos Gram Negativos Oxidase Negativos - cx c/ 10 unidades		
23	Kit provas bioquímicas – Bactray 3 -com 10 compartimentos para identificação de Bacilos Gram Negativos Oxidase Positivos - cx c/ 10 unidades	KIT	20

LOTE 7 – INSUMOS PARA PROVAS BIOQUÍMICAS E DE IDENTIFICAÇÃO - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ITEM	INSUMO	UNDADE	QUANTIDADE
24	Alfa-naftol fr 10 ml	FR	03
25	Bile esculina ágar cx c/ 10 tubos	CX	10
26	Caldo MTS cx c/ 10 tubos	CX	10
27	H ₂ O ₂ 10 V, frasco 10 ml	FR	04
28	Kovacs fr 10 ml	FR	08
29	Plasma Coelho liofilizado cx	CX	10
30	Tiras Oxidase cx/ com 10 tiras	CX	25
31	Vaselina frasco 100 ml	FR	04

LOTE 8 – INSUMOS EM GERAL MICROBIOLOGIA - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ITEM	INSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
32	Agulha bacteriológica de platina para	UN	02

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	semeadura e repique		
33	Alça 1 microlitro descartável	UN	2.000
34	Alça 10 microlitros descartável	UN	1.000
35	Alça platina 1 microlitro	UN	02
36	Alça platina 10 microlitros	UN	02
37	Jarra de Anaerobiose	UN	01
38	Placas de Petri vidro 140X15mm	UN	20
39	Placas de Petri vidro 90X15mm	UN	20
40	Saco autoclave 50 L, pct c/ 20	PCT	20
41	Swab vaginal, estéril, com haste plástica, embalado individualmente, cx c/ 100	CX	25
42	Swab uretral, estéril, embalado individualmente, cx com 100	CX	30
43	Tubos vidro tipo hemólise	UN	1.500
44	Lâminas lado fosco cx com 50 unidades	CX	50
45	Erlenmeyer boca larga, de vidro transparente, 1.000 mL	UN	02
46	Becker de vidro transparente, forma baixa, 500 mL	UN	02

LOTE 9 – ESCALA MAC FARLAND - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ITEM	SUMMO	UNIDADE	QUANTIDADE
------	-------	---------	------------

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

47	Tubo 0,5 Mac Farland	UN	01
----	----------------------	----	----

LOTE 10 – CORANTES MICROBIOLOGIA - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ITEM	INSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
48	Azul Metileno 1.000 ml	FR	10
49	Descorante Baar 1.000 ml	FR	10
50	Descorante para Gram 1.000 ml	FR	25
51	Fucsina para Gram 1.000 ml	FR	25
52	Fucsina Ziehl-Neelsen 1.000 ml	FR	10
53	Lugol para Gram 1.000 ml	FR	25
54	Violeta Genciana 1.000 ml	FR	25

LOTE 11 – DISCOS ANTIBIÓTICOS - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ITEM	INSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE
55	Ácido nalidíxico fr c/ 50 discos	FR	15
56	Amicacina fr c/ 50 discos	FR	20
57	Amoxicilina + clavulanato fr c/ 50 discos	FR	25
58	Ampicilina fr c/ 50 discos	FR	25
59	Ampicilina+Sulbactam fr c/ 50 discos	FR	25

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

60	Azitromicina fr c/ 50 discos	FR	10
61	Aztreonam fr c/ 50 discos	FR	15
62	Bacitracina fr c/ 25 discos	FR	10
63	Cefalotina fr c/ 50 discos	FR	15
64	Cefazolina fr c/ 50 discos	FR	15
65	Cefepime fr c/ 50 discos	FR	20
66	Cefoxitina fr c/ 50 discos	FR	20
67	Ceftazidima fr c/ 50 discos	FR	20
68	Ceftriaxona fr c/ 50 discos	FR	20
69	Ciprofloxacina fr c/ 50 discos	FR	20
70	Clindamicina fr c/ 50 discos	FR	15
71	Cloranfenicol fr c/ 50 discos	FR	15
72	Eritromicina fr c/ 50 discos	FR	10
73	Imipenem fr c/ 50 discos	FR	20
74	Nitrofurantoína fr c/ 50 discos	FR	15
75	Novobiocina fr c/ 25 discos	FR	10
76	Optoquina fr c/ 25 discos	FR	10
77	Penicilina fr c/ 50 discos	FR	15
78	Piperacilina+tazobactam fr c/ 50 discos	FR	15
79	Rifampicina fr c/ 50 discos	FR	10

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

80	Sulfazotrim fr c/ 50 discos	FR	15
81	Tetraciclina fr c/ 50 discos	FR	20
82	Tobramicina fr c/ 50 discos	FR	03
83	Vancomicina fr c/ 50 discos	FR	03

1.2 - Condições para participação:

a) A proponente deverá entregar os materiais imediatamente após emissão da autorização de fornecimento, com tolerância máxima de 15 (quinze) dias, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente em vigor, no Laboratório Municipal de Análises Clínicas, localizado na Rua Conselheiro Mafra, nº 687, Centro, Caçador, SC, CEP 89.500-000, juntamente com a Nota Fiscal para conferência;

c) Todas as despesas com a entrega e descarregamento correrão por conta da proponente;

d) Quando da entrega os produtos passarão pela supervisão e aprovação do responsável. Os produtos que não estiverem em condições de uso ou que não atendam as especificações, serão devolvidos e deverão ser substituídos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente instrumento;

e) Os produtos cotados deverão atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos atendendo a legislação em vigor e deverão ter prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses no momento da entrega;

f) A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do FMS perante a contratada e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

g) Por ser licitação do tipo Menor Preço Por lote, a proponente fica obrigada a **cotar todos os itens do lote**, sendo que as propostas que deixarem de apresentar a cotação de algum item terão o lote em questão totalmente desclassificado.

h) A proponente vencedora deverá apresentar Alvará de localização e funcionamento na assinatura no contrato/ata de registro de preços.

1.3 - É vedada a participação:

a) De empresas reunidas em consórcio, conforme nota técnica recomendatória

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

01/2017 da Prefeitura Municipal de Caçador.

- b) De empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob os seus controles e as fundações por elas instituídas e mantidas;
- c) De empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal de Caçador;
- d) De empresas sob processo de falência.

2 – DO CREDENCIAMENTO

OBS 1.: Nenhuma pessoa poderá representar mais de uma empresa neste pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

OBS 2.: Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente **não queira dar lances** não precisará se credenciar, contudo **deverá entregar** a declaração de cumprimento dos requisitos do Edital conforme **item 2.3.** e no caso de ME e EPP que **queiram usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06** deverão entregar os documentos conforme **item 2.6.**

2.1 - Quando a interessada for representada por pessoa **que estatutariamente tenha poder para tal**, este deverá apresentar **Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de **documento de eleição de seus administradores**, ou no caso de empresário individual, **a inscrição no registro público de empresas mercantis.**

2.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar **procuração** (podendo utilizar o **ANEXO I** como modelo) ou documento equivalente, com assinatura do Outorgante **reconhecida em cartório, Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de **documento de eleição de seus administradores**, ou no caso de empresário individual, **a inscrição no registro público de empresas mercantis**, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

2.4 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.6, deverão vir **FORA DOS ENVELOPES** de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.5 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor da Administração.

2.6 – As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI) deverão apresentar junto ao credenciamento **DECLARAÇÃO DE ME OU EPP (ANEXO VII)**, comprovando que a empresa é ME ou EPP, ou no caso de MEI certificado de inscrição comprovando esta condição. As empresas que apresentarem esta

comprovação poderão usufruir dos benefícios descritos no Art. 43 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, ou seja:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3 - DA PROPOSTA

3.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - FMS
ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”**

3.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário **ANEXO II** ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. **Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;**

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

e) conter prazo de entrega imediatamente com tolerância máxima de 15 (quinze) dias após recebimento da autorização de fornecimento e escolha da armação pelo paciente;

f) conter discriminados em moeda corrente nacional os **preços unitários, por item**, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

g) a quantidade mínima de unidades a ser cotada corresponde a quantidade total estimada para aquisição, constante na segunda coluna do Anexo II;

h) indicar a marca dos produtos.

3.2.1 – Para maior comodidade, o Município disponibilizará aos licitantes formulário proposta para preenchimento através do software **“COT”**, cujo programa será fornecido pelo Município através do site www.cacador.sc.gov.br.

3.2.2 – As empresas interessadas deverão requisitar no Setor de Licitações do Fundo Municipal de Saúde o referido “formulário proposta” através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br, que será fornecido por pen-drive ou via e-mail, informando os seguintes dados, os quais deverão ser obrigatoriamente da empresa licitante: razão social, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço completo, telefone e e-mail;

3.2.3 – Depois de preenchidos os valores e as marcas no software referido no item anterior, o licitante deverá imprimir sua proposta, a qual deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e apresentada no respectivo envelope, acompanhada do arquivo em CD ou pen-drive. No caso de divergência de dados da proposta escrita e a contida no disquete

Maria Aparecida Boscatto

Procuradora Municipal

OAB/SC 8.969

prevalecerá à escrita.

3.2.4 – O CD/PEN-DRIVE (facultativo) contendo a planilha eletrônica deverá estar dentro do envelope proposta sendo que os mesmos serão devolvidos em mãos ao representante da empresa.

Obs.: A apresentação da proposta através do software “auto cotação” Não é obrigatório, caracterizando-se em recurso para facilitar o preenchimento das propostas. Não será motivo de desclassificação da licitante a não apresentação da proposta por meio eletrônico.

3.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no **ANEXO III**).

3.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no **ANEXO III**).

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - FMS
ENVELOPE N.º 02 - “DOCUMENTAÇÃO”**

4.2 - Para habilitação na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

Qualificação jurídica e fiscal:

- a) Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura Municipal de Caçador, SC, ou pelo Fundo Municipal de Saúde de Caçador, SC, dentro do prazo de validade, sendo que **as negativas vencidas no Certificado deverão ser apresentadas em anexo ao mesmo;**
- b) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal - Anexo VI;
- c) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa tenha fornecido produtos com características compatíveis ao objeto da presente Licitação, demonstrando que a empresa proponente possui experiência anterior satisfatória e bom desempenho.

Obs.: Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seu objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

4.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de **cópia devidamente autenticada**. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. **Ficam dispensados de autenticação os documentos emitidos via Internet.**

4.4 – Os documentos descritos no item **4.2, letra “a”** deste Edital poderão ser substituídos por:

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

- a registro comercial, no caso de empresa individual (somente para empresas que não se credenciarem para lances);
- b ato constitutivo, estatuto social, contrato social, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração ou sua consolidação, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados (somente para empresas que não se credenciarem para lances);
- c decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (somente para empresas que não se credenciarem para lances);
- d prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- e prova de regularidade para com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito e da Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União;
- f certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- g certidão que prove a regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- h prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

Qualificação técnica:

- i) Alvará sanitário atualizado;
- j) Autorização de Funcionamento expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

4.5 - As micro empresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação arrolada nos itens acima, no entanto:

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.6 – Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução por tradutor juramentado.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

5.1 - A licitante vencedora ficará obrigada a entregar o objeto deste Edital, nos preços, prazos, condições e locais estipulados no item 1.2 deste Edital.

6 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

6.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 2.

6.2 – Declarada aberta a sessão, o Pregoeiro receberá as credenciais dos licitantes submetendo-as à conferência dos presentes, que ao término deste procedimento terão o prazo de cinco minutos para apresentar qualquer objeção, devidamente motivada, aos documentos de credenciamento, sob pena de preclusão do direito de fazê-lo.

6.3 - Não serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital, salvo no caso descrito no item 6.17 do presente instrumento.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

6.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por lote, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 - As micro empresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que apresentaram a documentação descrita no item 2.6. será dado o direito de preferência conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/06:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será e até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.12 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço por lote apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

6.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço por lote, para que seja obtido preço ainda melhor.

6.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço por lote, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.15 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, pelo menor preço por lote.

6.16 - Será declarado vencedor o licitante que apresentar o menor preço por lote. Havendo empate entre duas ou mais propostas, será definido o vencedor por sorteio público, caso nenhum proponente de um lance menor.

6.17 - As micro empresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que apresentaram a documentação descrita no item 2.6. do presente Edital e não apresentem algum(ns) documento(s) que comprove sua regularidade fiscal ficará com sua "habilitação em suspenso", sendo-lhe concedido o prazo de 04 (quatro) dias úteis após ser declarada vencedora para apresentação dos documentos de regularidade fiscal faltantes. Caso a empresa deixe de apresentar outro(s) documento(s) que não sejam de regularidade fiscal a mesma será de pronto inabilitada.

6.18 – O Pregoeiro constará em ata o prazo final para entrega da documentação descrita no item anterior, horário e data para nova sessão, onde será julgada(s) a(s) habilitação(ões) em suspenso e declarado o vencedor.

6.19 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço por lote, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.20 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.21 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atendidas as exigências deste Edital.

8 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

8.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, ou através do e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

8.2 – Caberá a administração decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

8.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos serviços e produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o FMS e o fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

9.3 - Caso a Ata de Registro de Preços ou o documento respectivo, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será

notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10 - DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar a Ata de Registro de Preços, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

10.2 - Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, o FMS poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo FMS, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

10.3 - A existência de preços registrados não obriga o FMS a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, assegurado o direito de preferência ao Detentor da Ata, em igualdade de condições.

10.4 - As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.

11- DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

11.1 - O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, antes de ser completado o período de 1 (um) ano, contado a partir da data - limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital.

11.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

11.3 - O beneficiário do registro, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos. Para a atualização de preços o FORNECEDOR deverá apresentar também a PLANILHA DE CUSTOS atualizada e documentos comprobatórios dos aumentos ocorridos (notas fiscais originais ou autenticadas) que alteraram a planilha. Pedidos de revisão de preços somente serão aceitos após vencimento da validade da proposta. O FMS terá um prazo de 15 (quinze) dias para análise e emissão de parecer sobre o pedido. A revisão concedida somente poderá ser praticada após a publicação do ato que a conceder.

11.4 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

11.5 - O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

11.6 - Os pedidos de atualização dos preços, se necessário tal equilíbrio, só serão aceitos com intervalos de periodicidade de 60 (sessenta) dias entre um e outro eventual pedido de atualização, devendo a solicitação ser protocolada.

12 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por lote, sendo submetido este resultado a Secretária Municipal de Saúde para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) a Exma. Secretária Municipal de Saúde, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) a Secretária Municipal de Saúde, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido a Secretária Municipal de Saúde para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

12.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços ou entregar os itens vencidos caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.6 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o FMS poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- 1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;
- 2 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- 3 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

12.7 - A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor

contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo FMS ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

12.8 - As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02.

12.9 - Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

- 1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;
- 2 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;
- 3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 - Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

13.2 - Caso a FMS não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

13.3 - O licitante reconhece os direitos do FMS nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

14 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

14.1 - O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

1. Pelo FMS no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo FMS sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa
2. Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

14.2 - A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito ao Departamento de Licitações e Contratos, facultado ao FMS a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

14.3 - A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser protocolada em 30 (trinta) dias.

14.4 - O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação e formalização por despacho da autoridade competente.

14.5 - No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5(cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

15 - DA DOTAÇÃO

15.1 - Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários do Fundo Municipal de Saúde de Caçador.

15.2 - Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao FMS de Caçador a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste FMS, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

16.3 – Os pagamentos **serão efetuados até 30 (trinta) dias após entrega** e mediante apresentação da Nota Fiscal no Setor de Compras da Prefeitura do Município de Caçador, SC, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

16.4 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

16.5 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, na sala do

Departamento de Licitações, logo após sua homologação.

17.3 – O FMS se reserva o direito de adquirir em todo ou em parte o objeto do presente Pregão.

17.4 - A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos do FMS de Caçador, desde que autorizada a sua utilização, em cada caso, pela Exma. Sra. Secretária Municipal de Saúde, ou por quem ele delegar competência.

17.5 - Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.6 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.7 - A Secretária Municipal de Saúde poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.8 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, através do telefone (49) 3566 2433, ou pessoalmente (Av. Santa Catarina, 195, Centro, Caçador, SC).

17.9 - A título de informação o consumo médio dos últimos doze meses está registrado no ANEXO II deste Edital e corresponde à quantidade total de cada item.

17.10 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta – Termo de referência;
- c) ANEXO III – Dados bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos requisitos de habilitação;
- e) ANEXO V – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- a) ANEXO VII- Declaração de Microempresas ou Empresa de pequeno Porte.

Caçador (SC), 05 de abril de 2018.

ADEMAR SCHMITZ
Secretário de Saúde de Caçador

Examinado e aprovado

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ANEXO I
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018- FMS

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de
____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO
NA EMPRESa>____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. ____ <NOME
COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a
referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes
Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>, <DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

OBS: Com assinatura do
Outorgante reconhecida em cartório

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ANEXO II

**PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - FMS**

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:	_____
Nome de Fantasia:	_____
Endereço:	_____
Bairro:	_____
Município:	_____
Estado:	_____
CEP:	_____
Fone/Fax:	_____
CNPJ:	_____
Inscrição Estadual:	_____
Inscrição Municipal:	_____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: _____ dias.

(prazo mínimo: **vide edital no item 3.2 letra a**).

Prazo de entrega: _____ minutos da Autorização.

(prazo máximo: **vide edital no item 1.2 letra a**)

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua

ANEXO II
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - FMS
PROPOSTA DE PREÇOS

4. OBJETO DA PROPOSTA:

LOTE 1 – MEIOS DE ENRIQUECIMENTO, CULTIVO E ISOLAMENTO GERMES COMUNS
- **EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	ÁGAR CHOCOLATE DE CARNEIRO 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	50			
02	ÁGAR CLED/Mac Conkey BIPLACA 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	450			
03	ÁGAR MUELLER HINTON 140x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	250			
04	ÁGAR MUELLER HINTON 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	25			
05	ÁGAR SALMONELLA SHIGELLA 90x15 PCT COM 05 PLACAS PRONTAS	PCT	50			
06	ÁGAR SANGUE DE CARNEIRO 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	50			
07	ÁGAR Sangue/Mac Conkey BIPLACA 90x15 PCT COM 10 PLACAS PRONTAS	PCT	50			
08	CALDO HEMOCULTURA ADULTO CX C/ 10 FR	CX	02			
09	CALDO HEMOCULTURA PEDIÁTRICO CX C/ 10 FR	CX	02			

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10	CALDO SELENITO CX C/ 10 TUBOS	CX	25			
11	ÁGAR MUELLER HINTON EM PÓ, FRASCO 500 gr	FR	10			
12	ÁGAR CLED EM PÓ, FRASCO 500 gr	FR	10			
13	ÁGAR MAC CONKEY EM PÓ, FRASCO 500 gr	FR	10			
14	ÁGAR SABOURAUD CLORANFENICOL EM PÓ, FRASCO 500 gr	FR	05			
15	SWAB PARA COLETA E TUBO TRANSPORTE ESTÉRIL COM MEIO CARY BLAIR C/100	CX	02			
16	SWAB PARA COLETA E TUBO TRANSPORTE ESTÉRIL COM MEIO STUART C/100	CX	02			

LOTE 2 – MEIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE STREPTOCOCCUS AGALACTIAE -
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
17	Meio seletivo para a detecção e identificação dos estreptococos do grupo B (<i>Streptococcus agalactiae</i>)	UN	2.000			

LOTE 3 – MEIO PARA IDENTIFICAÇÃO E ANTIBIOGRAMA DE MICOPLASMAS –
CONCORRÊNCIA GERAL

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
18	Kit para identificação de <i>Mycoplasma hominis</i> e <i>Ureaplasma urealitycum</i> com antibiograma	KIT	3.000			

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

LOTE 4 – MEIO PARA MICRORGANISMOS FASTIDIOSOS - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
19	Laminocultivo para identificação de Neisseria cx c/ 10	CX	25			

LOTE 5 – ANTI-SORO PARA DIFERENCIAÇÃO DE MICRORGANISMOS - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
20	Unidade teste Anti-soro para diferenciação de <i>Escherichia coli</i>	UN	250			

LOTE 6 – PROVAS BIOQUÍMICAS IDENTIFICAÇÃO BACILOS GRAM NEGATIVOS - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
21	Kit provas bioquímicas – Bactray 1 - com 10 compartimentos (ONPG, ADH, LDC, H ₂ S, Uréia, VP, PD, indol e citrato) para identificação de Bacilos Gram Negativos Oxidase Negativos - cx c/ 10 unidades	KIT	100			
22	Kit provas bioquímicas – Bactray 2- com 10 compartimentos (malonato, rhamnose, adonitol, salicina, arabinose, inositol, sorbitol, sacarose, manitol rafinose) para identificação de Bacilos Gram Negativos Oxidase Negativos - cx c/ 10 unidades	KIT	100			
23	Kit provas bioquímicas – Bactray 3 -com 10 compartimentos para identificação de	KIT	20			

	Bacilos Gram Negativos Oxidase Positivos - cx c/ 10 unidades					
--	--	--	--	--	--	--

LOTE 7 – INSUMOS PARA PROVAS BIOQUÍMICAS E DE IDENTIFICAÇÃO - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
24	Alfa-naftol fr 10 ml	FR	03			
25	Bile esculina ágar cx c/ 10 tubos	CX	10			
26	Caldo MTS cx c/ 10 tubos	CX	10			
27	H ₂ O ₂ 10 V, frasco 10 ml	FR	04			
28	Kovacs fr 10 ml	FR	08			
29	Plasma Coelho liofilizado cx	CX	10			
30	Tiras Oxidase cx/ com 10 tiras	CX	25			
31	Vaselina frasco 100 ml	FR	04			

LOTE 8 – INSUMOS EM GERAL MICROBIOLOGIA - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
32	Agulha bacteriológica de platina para semeadura e repique	UN	02			
33	Alça 1 microlitro descartável	UN	2.000			
34	Alça 10 microlitros descartável	UN	1.000			

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

35	Alça platina 1 microlitro	UN	02			
36	Alça platina 10 microlitros	UN	02			
37	Jarra de Anaerobiose	UN	01			
38	Placas de Petri vidro 140X15mm	UN	20			
39	Placas de Petri vidro 90X15mm	UN	20			
40	Saco autoclave 50 L, pct c/ 20	PCT	20			
41	Swab vaginal, estéril, com haste plástica, embalado individualmente, cx c/ 100	CX	25			
42	Swab uretral, estéril, embalado individualmente, cx com 100	CX	30			
43	Tubos vidro tipo hemólise	UN	1.500			
44	Lâminas lado fosco cx com 50 unidades	CX	50			
45	Erlenmeyer boca larga, de vidro transparente, 1.000 mL	UN	02			
46	Becker de vidro transparente, forma baixa, 500 mL	UN	02			

LOTE 9 – ESCALA MAC FARLAND - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
47	Tubo 0,5 Mac Farland	UN	01			

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

LOTE 10 – CORANTES MICROBIOLOGIA - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
48	Azul Metileno 1.000 ml	FR	10			
49	Descorante Baar 1.000 ml	FR	10			
50	Descorante para Gram 1.000 ml	FR	25			
51	Fucsina para Gram 1.000 ml	FR	25			
52	Fucsina Ziehl-Neelsen 1.000 ml	FR	10			
53	Lugol para Gram 1.000 ml	FR	25			
54	Violeta Genciana 1.000 ml	FR	25			

LOTE 11 – DISCOS ANTIBIÓTICOS - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Item	Insumo	U.M	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
55	Ácido nalidíxico fr c/ 50 discos	FR	15			
56	Amicacina fr c/ 50 discos	FR	20			
57	Amoxicilina + clavulanato fr c/ 50 discos	FR	25			
58	Ampicilina fr c/ 50 discos	FR	25			
59	Ampicilina+Sulbactam fr c/ 50 discos	FR	25			
60	Azitromicina fr c/ 50 discos	FR	10			
61	Aztreonam fr c/ 50 discos	FR	15			

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

62	Bacitracina fr c/ 25 discos	FR	10			
63	Cefalotina fr c/ 50 discos	FR	15			
64	Cefazolina fr c/ 50 discos	FR	15			
65	Cefepime fr c/ 50 discos	FR	20			
66	Cefoxitina fr c/ 50 discos	FR	20			
67	Ceftazidima fr c/ 50 discos	FR	20			
68	Ceftriaxona fr c/ 50 discos	FR	20			
69	Ciprofloxacina fr c/ 50 discos	FR	20			
70	Clindamicina fr c/ 50 discos	FR	15			
71	Cloranfenicol fr c/ 50 discos	FR	15			
72	Eritromicina fr c/ 50 discos	FR	10			
73	Imipenem fr c/ 50 discos	FR	20			
74	Nitrofurantoína fr c/ 50 discos	FR	15			
75	Novobiocina fr c/ 25 discos	FR	10			
76	Optoquina fr c/ 25 discos	FR	10			
77	Penicilina fr c/ 50 discos	FR	15			
78	Piperacilina+tazobactam fr c/ 50 discos	FR	15			
79	Rifampicina fr c/ 50 discos	FR	10			
80	Sulfazotrim fr c/ 50 discos	FR	15			
81	Tetraciclina fr c/ 50 discos	FR	20			

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

82	Tobramicina fr c/ 50 discos	FR	03			
83	Vancomicina fr c/ 50 discos	FR	03			

CAÇADOR (SC),de.....de.....

Carimbo CNPJ:

.....
Assinatura do Representante da Empresa

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ANEXO III

**PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - FMS**

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO: _____

CIDADE: _____

AGÊNCIA Nº _____ CONTA CORRENTE Nº: _____

TITULAR DA CONTA CORRENTE: _____

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL COM PODERES PARA ASSINATURA DA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

NOME COMPLETO: _____

NACIONALIDADE: _____ **ESTADO CIVIL:** _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º : _____

CPF/MF N.º : _____

ANEXO IV
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº ____ (xxxxxxxxxx)____,
sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL)_____, declara, sob as
penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua
habilitação no presente processo licitatório.

**Obs.: As micros empresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) poderão
apresentar esta declaração com ressalva ao disposto nos Art. 42 e 43 da Lei
Complementar nº 123/06.**

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei n.º 9.854.

Referente ao processo licitatório nº na modalidade de nº, a empresa inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)..... portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art.27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(local e data)

.....
(nome e número da Cart. de Identidade do Declarante)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO VI
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/18 – FMS
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA O
SETOR DE MICROBIOLOGIA DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES
CLÍNICAS DE CAÇADOR

Aos dias do mês de ... de 2018, presentes de um lado **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Brasília, 1.111, nesta cidade de Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.583.495/0001-45, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sr. **ADEMAR SCHMITZ**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 099.014.349-04, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, denominado **FMS/CONTRATANTE**, e de outro a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na cidade de, .., neste ato representado pelo Sr., nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado na cidade de, .., denominado **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, referente ao processo licitatório nº 09/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, nos termos da Lei 8.666/93 e as alterações subsequentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA O SETOR DE MICROBIOLOGIA DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DE CAÇADOR**, conforme proposta comercial de preços apresentada pelo FORNECEDOR do Edital do Pregão Presencial nº 05/2018 - FMS, para Registro de Preços, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item...

2. É de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **FMS**;
- c) Arcar com eventuais prejuízos causados ao **FMS** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- d) Entregar produtos cotados que atendam as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive quanto às embalagens e rótulos atendendo a legislação em vigor e que tenham prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses no momento da entrega.

3. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o FMS perante o FORNECEDOR e seus profissionais contratados, sendo de sua

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos. Para a atualização de preços o FORNECEDOR deverá apresentar também a PLANILHA DE CUSTOS atualizada e documentos comprobatórios dos aumentos ocorridos (notas fiscais originais ou autenticadas) que alteraram a planilha. Pedidos de revisão de preços somente serão aceitos após vencimento da validade da proposta. O FMS terá um prazo de 15 (quinze) dias para análise e emissão de parecer sobre o pedido. A revisão concedida somente poderá ser praticada após a publicação do ato que a conceder.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
7. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do município.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 3 (três) dias úteis a contar a data de homologação,

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo FMS de Caçador.

2. O prazo de validade de registro de preços **será de 12 (doze) meses oficiais**, contado da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos **serão efetuados até 30 (trinta) dias após entrega** e mediante apresentação da Nota Fiscal no Setor de Compras da Prefeitura do Município de Caçador, SC, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o FMS a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o FMS poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo FMS, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pelo Departamento de Compras do FMS.

5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o FMS constante na Nota de Empenho, independentemente do valor, sob pena de penalização.

6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA

1. O objeto será recebido por servidor designado pelo FMS para tal fim.

2. O FORNECEDOR entregará materiais imediatamente após emissão da autorização de fornecimento, com tolerância máxima de 15 (quinze) dias, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente em vigor, no Laboratório Municipal de Análises Clínicas, localizado na Rua Conselheiro Mafra, nº 687, Centro, Caçador, SC, juntamente com a Nota Fiscal para conferência.

3. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 3.522/06 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o FMS poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo FMS ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94

5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

- a) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;
- b) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

2. Caso a FMS não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

3. O licitante reconhece os direitos do FMS nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

- a) Pela Administração no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa
- b) Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito ao Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários do Fundo Municipal de Saúde de Caçador.

2. Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao FMS de Caçador a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias do FMS, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de Caçador, SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 05/2018 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa classificada em 1º lugar, nos lotes da licitação.

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.O acompanhamento e fiscalização da presente ata será efetuada pela servidor (a), inscrito no CPF sob o nº Decreto.....

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Caçador, de de 2018.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

FORNECEDOR

Testemunhas:

1ª _____

2ª _____

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a participar do presente procedimento licitatório realizado pelo Município de Caçador/SC. Declara também não estar enquadrada em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006. _____ (nome/representante legal)

OBS.: A Declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo representante legal.

Maria Aparecida Boscatto
Procuradora Municipal
OAB/SC 8.969